

ANÁLISE DO DISCURSO II

O APOSTO NA (RE)CONSTRUÇÃO DE REFERENTES

Solange Passos Masson
solangepas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma descrição geral do termo *aposto* sob a ótica da referenciação, partindo do aspecto sintático para depois chegar aos aspectos semânticos e discursivos.

O texto tem por finalidade demonstrar que o *aposto* não é apenas um “termo acessório” como descrevem os gramáticos da Língua Portuguesa, mas, pelo contrário, esse termo possui aspectos semântico-pragmáticos que podem contribuir para que haja (re)construção dos objetos de discurso através da interação locutor/interlocutor, e, conseqüentemente, para a progressão textual.

Dois princípios são considerados básicos para esse estudo:

1º) é preciso considerar que o estudo de frases fragmentadas, ou seja, do aspecto formal (estrutural) da língua não será tratado aqui, mas apenas a posição dos autores das gramáticas normativas vigentes sobre o estudo do aposto;

2º) para situar o *aposto* como aspecto discursivo, tem-se como pressuposto teórico a Linguística Textual, especificamente a Referenciação.

O conceito de aposto abrange um aspecto morfossintático (complemento de determinação do substantivo ou termo equivalente, que se coloca pelo processo da aposição no mesmo caso do substantivo determinado), um aspecto semântico (para precisar e determinar o seu significado genérico) e aspectos discursivos. (Hauy, 1994, p. 135).

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O aspecto gramatical

O confronto de algumas definições de aposto nas principais e mais atuais gramáticas normativas de língua portuguesa documenta a disparidade na conceituação. A pesquisa bibliográfica chama a atenção para os seguintes aspectos no tratamento da questão: a) ênfase no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

caráter acessório do termo *aposto*; b) confusão entre *posição* e *função de aposto*; c) ênfase na necessidade de revisão do conceito de *aposto*; d) caracterização da estrutura nominal do *aposto*.

O termo sintático *aposto* é apresentado como acessório, em muitas gramáticas, principalmente naquelas de orientação mais tradicional, em que a função de *termo acessório* aplica-se sempre à palavra ou à expressão que, colocada depois de um substantivo, designa a mesma realidade que este:

Cunha & Cintra (1985, p. 145), no capítulo chamado *Frase, oração, período* com o subtítulo *A oração e seus termos acessórios* diz:

Chamam-se *acessórios os termos* que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado. Daí a sua denominação. São *termos acessórios*: a) o *adjunto adnominal*; b) o *adjunto adverbial*; c) o *aposto*.

A confusão entre *posição* e *função*¹⁵ de *aposto* é encontrada em muitas gramáticas. Embora o parâmetro *posição* seja relevante em português, não se deve aceitá-lo como único na definição de uma categoria funcional.

Das diferentes concepções sobre *posição* e *função* resulta, conseqüentemente, uma diversidade de análise e de classificação. Alguns gramáticos defendem a representação do *aposto* por apenas uma expressão de caráter substantivo; outros defendem além do caráter substantivo, o caráter adjetivo, ou seja, consideram que o adjetivo também pode exercer a função de *aposto* havendo aí, confusão entre *função* e *colocação*.

Estruturas oracionais paralelas, por exemplo, são classificadas como *predicativos atributos circunstanciais*, *predicativos adjuntos* ou *apostos circunstanciais*, como propõe Adriano da Gama Kury (1972) em “Os sinos, *alegres*, repicam”, onde “*alegres*” é classifica-

¹⁵ *Posição* diz respeito à *ordem das palavras* na cadeia falada e em sua representação linear escrita, onde as palavras aparecem na frase umas após as outras e se apresentam num certa *ordem*. (Dubois, 1995, p. 294). *Função* é o papel representado por um termo (fonema, morfema, palavra, sintagma, etc.) na estrutura gramatical do enunciado, sendo cada membro considerado como participando do sentido geral desta (*Idem*, p. 445)

ANÁLISE DO DISCURSO II

do como predicativo por sua natureza atributiva e aposto pela sua disposição na frase.

Gladstone Chaves de Melo (1980), Adriano da Gama Kury (*apud* Haury, 1994) e Celso Pedro Luft (*apud* Haury, 1994) admitem o adjetivo na função de *aposto*, classificando-o ora como *aposto predicativo ou atributivo*, ora como, *adjunto adverbial aposto*, *aposto circunstancial ou atributo circunstancial*. Citando Adriano da Gama Kury:

Há um tipo de predicativo cuja colocação na frase, em verdadeira aposição¹⁶, nos permite incluí-lo igualmente entre os casos de aposto: 'Os castanheiros, *grandes e concentrados*, ouviam subir a selva'. (Eça, PB, 6), 'Os sinos, *alegres*, repicam' é predicativo pela natureza atributiva e aposto pela sua disposição na frase. (Kury *apud* Haury, 1994, p. 115).

Cunha & Cintra, Evanildo Bechara e Rocha Lima consideram o *aposto* como termo ou expressão de caráter substantivo. Vejamos o que dizem Celso Cunha e L. Cintra:

Aposto é o termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou apreciação. Com o aposto atribui-se a um substantivo a propriedade representada por outro substantivo. Os dois termos designam sempre o mesmo ser, o mesmo objeto, o mesmo fato ou a mesma ideia.. (Cunha & Cintra, 1985, p.151 e 154).

Com o objetivo de ressaltar as disparidades da classificação gramatical do termo *aposto*, o linguista Mário A. Perini, em sua *Gramática descritiva do português*, (1995, p. 120) ressalta a necessidade de revisão do conceito de *aposto*:

(...) *os parentéticos*: elementos que podem posicionar-se livremente entre os constituintes oracionais e que na escrita são sempre separados por vírgula.

Os parentéticos ainda não foram estudados com o cuidado que sem dúvida merecem; mas já se pode vislumbrar o suficiente para sugerir que a sua análise pode vir a ser importante para uma melhor compreensão de certos termos de comportamento algo obscuro, como o "aposto" da gramática tradicional (...).

¹⁶ Segundo Dubois (1993, p. 64) o substantivo em *aposição* não tem por si mesmo função sintática, visto que a *aposição* não é propriamente uma função gramatical. Assim, um substantivo pode ser aposto a um sujeito, a um objeto.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Hauy (1994, p. 114-134), em sua obra *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*, também deixa claro que o *aposto* nas gramáticas normativas vigentes necessita de uma revisão em termos de reconhecimento e conceituação visto que é difícil determiná-lo somente pelos critérios morfológico e sintático: o primeiro porque termo *aposto* precisa e determina o significado de outro termo, e, o segundo porque a ordem entre *fundamental*¹⁷ e *aposto* não é pertinente. A autora diz que se o *fundamental*¹⁸ e o *aposto* são equivalentes contextuais, isto é, sinônimos no contexto e não obrigatoriamente no conceito, considera-se *aposto* o que se comunica como algo de novo no contexto. Para justificar este ponto de vista, Hauy (1994, p. 134) cita o exemplo: “Nero, meu cão = sinônimos no contexto” e “Nero, o imperador romano = sinônimos no conceito” são *apostos* *meu cão* e *imperador romano* porque comunicam algo de novo. Mas quando se fala de um João e alguém indaga de que João se trata, a resposta pode ser “do pedreiro João”, apesar de vir o substantivo próprio depois do substantivo comum, a parte determinada (*fundamental*) é *João* e *pedreiro*, o *aposto*. Porém, em “O pedreiro João é que construiu minha casa”, o que se acrescenta de novo é *João* e nesse caso o substantivo próprio é o *aposto* e *pedreiro*, o *fundamental*. Já em “João pedreiro é meu grande amigo”, *pedreiro* é o *aposto*.

Referência e referenciação

De acordo com Koch (2006, p. 123) a *referenciação* constitui um processo que distingue as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Considerando que a construção e reconstrução de objetos de discurso ocorrem no interior do próprio discurso, a autora diz que os referentes de que falamos não espelham diretamente o mundo real, mas são construídos de acordo com nossa percepção do mundo, nossas crenças, atitudes e propósitos comuni-

¹⁷ Na parte da análise, adotaremos a nomenclatura SN antecedente, evitando, assim, o termo *fundamental*, que de certa forma justifica a concepção de *aposto* como termo acessório, justamente a concepção que nosso estudo rejeita.

¹⁸ Segundo Azeredo (2000, p. 378) o *fundamental* é o núcleo primário de um SN acompanhado de um segundo SN, núcleo secundário que particulariza a referência do primeiro.

ANÁLISE DO DISCURSO II

cativos. É sob essa perspectiva que Koch (2005, p. 78) considera o termo *referenciação* mais adequado do que *referência*.

Mondada e Dubois (2003) postulam que:

A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E desse modo, também manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa. E é precisamente neste ponto que reside a ideia central de substituir a noção de referência por referenciação (Mondada & Dubois *apud* Koch, 2005, p. 81).

Ao adotar essa posição, Koch (*idem*) deixa claro que a noção de língua não se esgota no código, e nem deve ser concebida apenas como um sistema de comunicação que privilegia apenas o aspecto informacional ou ideacional. O ato discursivo não determina o uso da linguagem como um simples processo de informação, mas de reconstrução do próprio mundo real. Assim, o termo referenciação é mais adequado para especificar o processamento discursivo em que os falantes ao exercerem a “prática social” manipulam a estrutura da realidade de maneira significativa.

Portanto, a referenciação é um processo que permite a construção e reconstrução de objetos de discurso. Diferentemente do ato de referenciar da concepção objetivista, esse processo pode explicar porque a linguagem não espelha a realidade “pura”, mas, reflete a “realidade” criada pela nossa (dos falantes) percepção cultural. Isto quer dizer, que a realidade percebida por nós é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem, de modo que o processo de conhecimento é regulado por interação contínua entre nossas práticas culturais, percepção e linguagem. (Koch, 2005, p. 77)

É importante ressaltar, que a abordagem cognitivista complementa a abordagem discursiva nos estudos sobre referenciação (Salomão, 2005, p. 157). É preciso esclarecer que nosso cérebro reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. É fundamental enfatizar ainda, que a reelaboração deve obedecer a restrições impos-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (*Idem*, p. 80)

Koch (2005, p. 83) apresenta como modelo textual, em que estão envolvidos aspectos cognitivos enquanto operações básicas, os seguintes princípios de referenciação:

1-ativação – processo pelo qual um referente textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o “representa” permanece em foco na memória de curto termo, de tal forma que o referente fica saliente no modelo;

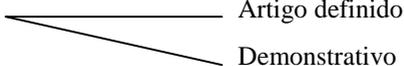
2- reativação – um nóculo já introduzido é novamente ativado na memória de curto termo, por meio de uma forma referencial, de modo que o referente textual permanece saliente (o nóculo continua em foco);

3- de-ativação – ativação de um novo nóculo, deslocando-se a tenção para um outro referente textual e desativando-se, assim, o referente que estava em foco anteriormente. Embora fora do foco, porém, este continua a ter um endereço cognitivo (locação) no modelo textual, podendo a qualquer momento ser novamente ativado.

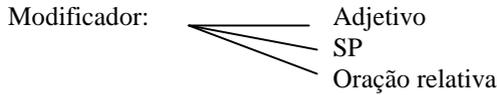
Expressões nominais

Para Koch (2005, p. 88) a escolha de determinada descrição definida pode trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto. Sob a capa do dado, o locutor pode dar a conhecer ao interlocutor, propriedades ou fatos relativos ao referente que acredita desconhecidos do parceiro, com os mais variados propósitos. Esse processo é marcado pela ativação dos conhecimentos supostamente partilhados com os interlocutores. Para a autora a descrição definida pode ser caracterizada pelo fato de o locutor realizar uma seleção, dentre aquelas que são relevantes para a viabilização do seu propósito discursivo.

Segundo Koch (*idem*) as expressões nominais definidas em português podem assumir as seguintes configurações:

- Det. + Nome
- Det. + Modificadores + Nome + Modificadores
- Det.:  Artigo definido
Demonstrativo

ANÁLISE DO DISCURSO II



Estrutura sintagmática

A caracterização do aposto como termo de estrutura nominal¹⁹, associada às funções textuais que esse termo assume no contexto, é direcionada pela revisão do tratamento dispensado ao sintagma nominal.

Segundo Souza e Silva (1996, p. 14), o *sintagma* consiste num conjunto de elementos que constituem uma unidade significativa dentro da oração e que mantém entre si relações de dependência dentro da oração e de ordem. Organizam-se em torno de um elemento fundamental, denominado núcleo, que pode, por si só, constituir o sintagma.

Para Azeredo (2002, p. 186), o *sintagma nominal*, *SN*, é uma construção cujo núcleo é ocupado por um substantivo. O *SN* refere-se a conteúdos de consciência cujos objetos podem ser entidades reais ou imaginárias, concretas ou abstratas. A unidade léxica que representa as entidades, e com a qual o predicador mantém uma relação de compatibilidade semântica, constitui seu núcleo referencial, (*Idem*, p. 118).

Dois tipos de *sintagmas nominais*, *SNs*, fazem parte desse estudo:

a) *sintagma nominal simples*, apenas com nome ou com determinante mais nome, para o *aposto* representado por um *SN*, constituído por apenas um núcleo (substantivo ou pronome) ou por um núcleo e um determinante (artigo numeral ou pronome adjetivo);

b) *sintagma nominal complexo*, para caracterizar a estrutura do *aposto* no sentido extenso.

¹⁹ Consideraremos também como possível estrutura de aposto as expressões encabeçadas por adjetivo (ou particípio com valor de adjetivo), nos casos em que funcionam como modificadores de um núcleo central subentendido.

Funções discursivas

Em Koch & Elias (2006, p. 137-149) são apresentadas as seguintes funções para as expressões nominais referenciais:

a) *predicativa* – ao operarem uma *recategorização* ou *refocalização* do referente, as expressões nominais carregam informação nova;

b) de *sumarização* ou de *rotulação* – as expressões nominais resumem informações contidas em segmentos precedentes do texto; ou rotulam uma parte do co-texto que as precede ou as segue. Os nomes-núcleo dessas expressões são, em grande número dos casos, nomes genéricos, inespecíficos, cujo sentido necessita ser determinado pelo co-texto;

c) *organização macroestrutural* – as expressões nominais podem ter um papel organizacional: elas sinalizam, muitas vezes, que o autor do texto está passando a um estágio seguinte de sua argumentação, por meio do fechamento do anterior;

d) *especificação* – a anáfora especificadora ocorre quando se faz necessário um maior refinamento da categorização. Esse tipo de expressão anafórica é frequentemente introduzido pelo *artigo indefinido*, fato pouco registrado na literatura linguística;

e) *definicional* e *didática* – certas paráfrases realizadas por expressões nominais podem ter por função elaborar definições ou apresentar os referentes anteriormente definido por uma predicação;

f) *introdução de informação nova* – as expressões nominais podem ter a função de introduzir novas informações a respeito do referente, com o intuito de caracterizá-lo de determinada maneira;

g) *orientação argumentativa* – são de natureza geralmente opinativa e podem ser realizar-se pelo uso de expressões metafóricas ou não;

h) *metaenunciativa* – o uso de expressões nominais permite, muitas vezes, realizar não uma sumarização e/ou recategorização do conteúdo da predicação precedente, mas a categorização e/ou avaliação da própria enunciação realizada.

ANÁLISE DO DISCURSO II

i) *recategorização por metáfora* - Koch (2005, p. 95) apresenta as funções das formas nominais referenciais na progressão textual em seus aspectos cognitivo-discursivos, semântico-pragmáticos, argumentativos e textuais. Dentre os aspectos semântico-pragmáticos, destaca-se o aspecto metafórico: “em grande número de casos, a escolha da metáfora para a recategorização do referente é importante para realizar uma avaliação que permita estabelecer a orientação argumentativa do texto”.

Anáfora

Com o propósito de verificar se o *aposto* contribui para a progressão referencial, ao fazer remissão a referentes anteriormente ativados, o estudo da anáfora torna-se necessário. Com base no estudo de Apotheloz (2003, p. 53), é importante distinguir duas ordens de fatos no estudo da anáfora: o morfossintático e o discursivo. O autor justifica a distinção feita, da seguinte maneira:

As expressões anafóricas têm, com efeito, propriedades diferentes, e não sofrem as mesmas restrições, conforme sejam ou não controladas sintaticamente por seu antecedente (para o caso evidentemente de haver um). Quando tal controle existe, a interpretação do anafórico tem a inferência de uma interpretação sintática; senão, ela é dependente de fatores contextuais e pragmáticos.

A partir do estudo da anáfora, Apotheloz (*idem*, p.57) apresenta algumas conclusões sobre “forma de retomada” e sobre “antecedente”. Dentre elas, é importante ressaltar, a que é primeiramente formulada pelo autor:

Em primeiro lugar, convém, evidentemente, rejeitar com vigor a formulação segundo a qual um anafórico “se refere a seu antecedente” (esta descrição só pode convir a expressões metalinguísticas ou metadiscursivas). As formas de retomada são, antes e acima de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo.

O que diz Apotheloz contribui para explicar a possibilidade da função anafórica do *aposto*. Em seu estudo sobre diferentes tipos de anáfora o autor afirma que “os mecanismos da anáfora podem levar muito além da simples retomada de informação e contribuir para os aspectos mais especificamente construtivos do discurso” (Apotheloz, p, 73).

Recategorização

É importante observar que no processo de referenciação textual o objeto pode ser modificado após já ter recebido uma designação no texto, ou seja, o objeto já pode ter sido nomeado (categorizado), e, aí ocorre uma recategorização. Considerando que toda designação referente a uma porção do texto constitui, de certo modo, uma predicação; uma atribuição de propriedades ao objeto designado, as duas designações – a inicial e a remissiva – estarão necessariamente enfeixando um conjunto de propriedades predicativas, e não totalmente coincidentes (Neves, 2006, p. 114).

Gêneros textuais

Os Gêneros textuais para Marcuschi (2005, p. 19) são “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto do trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia.” Não são instrumentos estanques, mas pelo contrário, são altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. As necessidades e atividades sócio-culturais dão origem aos gêneros.

O autor chama atenção para a importância da diferença entre texto e discurso. O texto, entidade concreta realizada materialmente, tem a sua corporificação em algum gênero textual. O discurso é a realização de um determinado texto, ou seja, é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, podemos dizer que os textos se realizam em discursos, encontrados em esferas institucionais, históricas, sociais e ideológicas (*idem*, p. 24).

O texto jornalístico

Lage (2006, p. 52-54) nos diz que a comunicação jornalística é por definição referencial, porque nos fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Essa condição impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa. O domínio da referencialidade permite distinguir a linguagem jornalística da linguagem didática, ainda quando esta se propõe à divulgação científica. Enquanto no texto didático há predominância da metalinguagem

ANÁLISE DO DISCURSO II

guagem (explicação ou definição de um léxico por outro), no jornalismo a explicação ou definição dos termos aparece como *aposto* ou como período intercalado, com o único objetivo de permitir a compreensão do conteúdo. Os compromissos ideológicos também estão presentes na linguagem jornalística, visto que, não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico.

O Corpus

O *corpus* é formado por 12 textos, retirados das revistas *Época*, *Cartacapital* e *Veja*, sendo 4 reportagens de cada revista. A seleção dos textos de natureza jornalística foi realizada, porque se tem como objetivo demonstrar efetivamente a função discursiva do *aposto*, como modificador de *referentes* ou *objetos de discurso*.

A análise de todas as ocorrências de *aposto* em um mesmo texto deixa evidente a necessidade da revisão e definição da categoria em termos estruturais. Foi considerado como *aposto* as expressões nominais prototípicas, tendo como núcleo um nome antecedido de determinante, e também as expressões nominalizadas (adjetivos substantivados, infinitivos etc.), adotando o critério de equivalência funcional (sintática e discursiva).

ANÁLISE DOS DADOS

Para este estudo se faz necessário reunir um conjunto de critérios, que permitam analisar a expressão nominal representada pelo *aposto* sob o ponto de vista semântico e discursivo. Duas classificações são necessárias.

A primeira é a de Azeredo (2002, p. 196), que assim apresenta as funções do *aposto*: a) reiterar (*aposto explicativo* – ap. expl.); b) introduzir um comentário (*aposto atributivo* – ap. atrib.); c) particularizar a referência genérica de um substantivo (*aposto especificativo* – ap. especific.); d) detalhar (*aposto enumerativo* – ap. enum.) e) sintetizar o conteúdo do SN fundamental (*aposto recapitulativo* – ap. recap.).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A segunda é a que apresenta Ingedore Koch & Vanda Maria Elias (2006) para o estudo das funções das expressões nominais referenciais enquanto formas linguisticamente constituídas “para operar uma seleção, dentre as diversas propriedades categorizadoras de um referente” (*idem*, p. 132). As funções apresentadas por Koch & Elias (*idem*, p. 137-149) são as seguintes: a) predicativa; b) de sumarização; c) de rotulação; d) organização macroestrutural; e) atualização de conhecimentos; f) especificação; g) definicional e didática; h) introdução de informação nova; i) orientação argumentativa; j) metaenunciativa. A essas funções foi acrescida a função de recategorização por metáfora, extraída de Koch (2005, p. 95).

Além dessa combinação, para o exame da função discursiva do aposto, também é importante observar sua estrutura: a) *sintagma nominal simples*: aposto representado por um SN, constituído por apenas um núcleo (substantivo ou pronome) ou por um núcleo e um determinante (artigo numeral ou pronome adjetivo); b) *sintagma nominal complexo*, para caracterizar a estrutura do aposto no sentido extenso.

Os exemplos são extraídos da reportagem de Paulo Guedes em “O PERIGOSO MEDO DO NOVO”, retirada da revista *Época* de 10/07/2006.

Trata-se de um texto argumentativo, onde o colunista Paulo Guedes ressalta a importância da mudança política. Segundo o autor vivemos num dilema: de um lado os nossos políticos agem com a criatividade das economias de mercado e sua importância para o progresso humano; de outro, esses mesmos políticos agem com a inevitável resistência às mudanças.

Assim tem-se:

(1) O *historiador inglês* **Paul Johnson** celebrou a qualidade de um de um punhado de *políticos americanos*, **responsáveis a seu ver pela construção de uma sociedade bem-sucedida.**

O exemplo (1) apresenta o SN aposto “Paul Johnson” como *aposto explicativo*, cuja *função de especificação*, além de trazer um maior refinamento da categorização, nomeia o referente, e confere relevância ao historiador inglês, evidenciando autoridade à fala do colunista (locutor). O exemplo apresenta ainda uma recategorização

ANÁLISE DO DISCURSO II

dos termos “políticos americanos” por meio do SN *aposto atributivo* constituído pelas expressões adjetivas “responsáveis a seu ver pela construção de uma sociedade bem-sucedida”, permitindo que o locutor introduza elementos avaliadores à sua fala. O exame da progressão referencial nos leva a caracterizar essa ocorrência na *função de organização macroestrutural*.

(2) Afortunadamente para a América, a geração de políticos que emergiram para colônias rumo à independência foi um dos *formidáveis grupos de homens da História: sensíveis, mentes abertas, corajosos, bem-educados, talentosos, maduros e dotados de visão de longo prazo*.

O contexto (2) exemplifica um tipo de *aposto especificativo*, e também, a *função de especificação*, feita por meio de qualificadores axiológicos positivos que influenciam na orientação argumentativa do texto (Koch, 2005, p. 98).

(3) Para Johnson, a criatividade, o empreendedorismo e a inovação são as forças motrizes do progresso. Seu exercício na política, na economia, nas artes e demais atividades humanas remete-nos a *uma reflexão do cientista americano H.B. Phillips: “Ao longo da História, oradores e poetas têm exaltado a liberdade, mas ninguém nos ensinou por que a liberdade é tão importante*.

O exemplo (3) caracteriza um *aposto atributivo*, mas com *função predicativa*, por estar introduzindo informação nova. Nesse exemplo observamos que a função predicativa do aposto se dá como desenvolvimento de um referente anteriormente ativado, indicado pelo núcleo com determinante indefinido “uma reflexão”, que de certa forma funciona como “gatilho”.

(4) Este é o *dilema* de nossos políticos. **De um lado, a criatividade** das economias de mercado e sua importância para o progresso humano. **De outro lado, a inevitável resistência** às mudanças. Resistência que, em doses excessivas sufoca o desenvolvimento político e econômico da sociedade, como no Brasil.

Em (4), observa-se o caráter resumitivo e metafórico do SN an-tecedente. Este exemplo deve ser compreendido em conexão com “dilema”. Os apostos representados pelas expressões “a criatividade das economias de mercado e sua importância para o progresso humano” e “a inevitável resistência às mudanças” indicam que o locutor manipula o seu ponto de vista, e o apresenta, sem discussão, ao interlocutor, ou seja, o locutor dirige a argumentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sob a ótica da *referenciação* possibilitam uma revisão crítica da categoria *aposto*. Observa-se que a abordagem sintática tradicional ao identificar o aposto como termo acessório, anula a sua mais importante função: a de recategorizar um referente constituído no texto e a de propiciar a progressão referencial.

O estudo manteve-se, portanto, centrado na comprovação da função discursiva do aposto. Ao assumir funções semântico-discursivas, o *aposto* contribui para a orientação argumentativa do texto. É o caso da função *de orientação argumentativa* que orienta discursivamente o interlocutor. Observou-se que os apostos *atributivos* apresentaram maior número de função de orientação argumentativa. Esse fato não chegou a surpreender, porque o aposto atributivo é aquele que faz um comentário avaliativo; logo a sua função recategorizadora contribui para um maior efeito argumentativo nas reportagens de revistas, analisadas como textos jornalísticos.

O *aposto explicativo* com função de *especificação* pode ser visto como responsável, na maioria das vezes, pela representação de uma autoridade discursiva, ou seja, aquela muitas vezes responsável pela fala do locutor. Esse aposto é uma anáfora especificadora, necessária para um maior refinamento da categorização.

Finalmente, pode-se dizer que o exame do aposto, segundo as funções das expressões nominais referenciais, sugeridas por Koch & Elias (2006), aliadas a uma tipologia de caráter semântico-discursivo, elaborada por Azeredo (2002), chama a atenção para a importância do exame do contexto dessa construção sintática, equivocadamente dada como termo acessório. O aposto tem efetiva função na progressão referencial, pois além de recategorizar, especificar, enumerar ou classificar o SN_{antecedente}, ele pode atuar em função predicativa ou de organização macroestrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: MONDADA, L. *et alii*. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84.

ANÁLISE DO DISCURSO II

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães & RODRIGUES, Bernadete Biasi. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.

DUBOIS, J. et all. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1996.

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIMA, Rocha. *Gramática narrativa da língua portuguesa*. 22ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. **In:** DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciarão. **In:** CAVALCANTE, Mônica Magalhães & RODRIGUES, Bernadete Biasi. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. **In:** KOCH, I. V., MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Perez de & KOCH, Ingedore. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. 7ª ed. São Paulo, 1996.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.